

Termo de Referência - SEI

Processo nº 23764.003275/2026-14

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente licitação a **Contratação de empresa especializada para execução de reforma da cobertura da Sala 03 do Bloco Cirúrgico** do Hospital Universitário Dr. Miguel Riet Corrêa Jr. (HU-FURG), filial da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh/HU Brasil), localizado em Rio Grande/RS.

1.2. Os serviços compreenderão a remoção de elementos comprometidos, execução de reparos estruturais quando necessários, substituição ou adequação de componentes da cobertura e demais intervenções correlatas indispensáveis à completa recuperação da área afetada, incluindo fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas e todos os insumos necessários à plena execução do objeto, conforme especificações constantes neste Termo de Referência e demais documentos técnicos que o integram.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh/HU Brasil), criada pela Lei nº 12.550, de 15 de dezembro de 2011, é empresa pública vinculada ao Ministério da Educação, com a finalidade de prestar serviços gratuitos de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade, bem como apoiar atividades de ensino, pesquisa e extensão na área da saúde pública. O Hospital Universitário Dr. Miguel Riet Corrêa Jr. (HU-FURG/Ebserh/HU Brasil), vinculado à Universidade Federal do Rio Grande, atua na prestação de assistência de média e alta complexidade aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), atendendo o município de Rio Grande/RS e região, desempenhando papel essencial na rede pública de saúde.

2.2. A presente contratação justifica-se em razão das condições críticas verificadas na cobertura da Sala 03 do Bloco Cirúrgico, as quais apresentam riscos estruturais, sanitários e ocupacionais incompatíveis com a utilização de ambiente assistencial hospitalar, especialmente por se tratar de área destinada à realização de procedimentos cirúrgicos. Inspeções técnicas identificaram infiltrações recorrentes na cobertura, com degradação acentuada do madeiramento estrutural, agravada por infestação de cupins, comprometendo a estabilidade do sistema construtivo e elevando o risco de desprendimento de elementos da cobertura e do forro. Tal situação expõe profissionais, pacientes e demais usuários a potenciais acidentes, além de comprometer as condições adequadas de funcionamento do Bloco Cirúrgico.

2.3. Em decorrência das condições constatadas, a Sala 03 encontra-se interditada, diante da inexistência de condições mínimas de segurança para sua utilização, inclusive para armazenamento. Ressalta-se que a cobertura objeto da intervenção atende também áreas adjacentes do Bloco Cirúrgico, como a parte da Sala 02 e parte do corredor da área suja, ampliando os impactos decorrentes da degradação estrutural observada. A associação entre umidade constante e infestação por cupins dificulta o controle efetivo de pragas, elevando o risco de contaminação ambiental e de danos a equipamentos, materiais e insumos hospitalares, além de comprometer a segurança dos profissionais e a qualidade da assistência prestada, configurando condição incompatível com as exigências técnicas e sanitárias aplicáveis a ambientes classificados como críticos.

2.4. O problema possui caráter estrutural e histórico, não sendo passível de solução por meio de intervenções paliativas ou manutenção predial rotineira. A inexistência de laje, a localização da cobertura no núcleo da edificação hospitalar e as limitações de acesso técnico inviabilizam ações corretivas simplificadas, tornando imprescindível a execução de reforma completa da cobertura. Diante desse cenário, a contratação de empresa especializada revela-se necessária para eliminar riscos estruturais, assegurar a integridade física de pacientes e profissionais, preservar o patrimônio público e restabelecer condições seguras e adequadas de funcionamento do Bloco Cirúrgico, em conformidade com as normas técnicas, sanitárias e de segurança aplicáveis ao ambiente hospitalar.

2.5. A presente contratação encontra-se alinhada ao Planejamento Estratégico do Hospital Universitário Dr. Miguel Riet Corrêa Jr. (HU-FURG/Ebserh/HU Brasil), na medida em que contribui para a melhoria da infraestrutura física assistencial, garantindo condições adequadas de funcionamento das áreas críticas e a continuidade dos serviços de saúde prestados à população. Adicionalmente, a demanda está prevista no Plano Anual de Contratações (PAC) da instituição, estando devidamente cadastrada e compatível com o planejamento das aquisições e contratações do exercício, em consonância com as diretrizes institucionais e a programação orçamentária vigente.

3. CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO

3.1. A intervenção compreende a remoção completa da cobertura existente, incluindo telhas de fibrocimento, estrutura de madeira, elementos de fixação e demais componentes deteriorados, bem como a retirada das tubulações aparentes do sistema de drenagem pluvial, com adequado acondicionamento, transporte e destinação final dos resíduos gerados, em conformidade com a legislação vigente.

3.2. Após a etapa de remoção, será implantado novo sistema de cobertura em estrutura metálica composta por tesouras e terças dimensionadas conforme critérios estruturais aplicáveis, com instalação de telhas metálicas termoacústicas tipo sanduíche, execução de rufos, contrarufos e calha metálica linear, mantendo-se a lógica de caimento e captação pluvial existente e sua interligação aos condutores internos já implantados. A solução adotada visa garantir desempenho estrutural adequado, estanqueidade, durabilidade e melhores condições de manutenção futura.

3.3. A contratação contempla ainda a execução de plataforma técnica transitável em sistema de laje seca com Painel Wall, apoiada sobre estrutura metálica independente, destinada a permitir circulação segura para inspeção e manutenção da cobertura e da drenagem pluvial, incluindo a previsão de alçapões técnicos estruturados para acesso às áreas correspondentes às salas envolvidas. Será executado forro em gesso acartonado suspenso, independente da estrutura da cobertura e da plataforma técnica, bem como a recomposição do sistema de iluminação e a pintura geral das áreas afetadas pela intervenção.

3.4. Considerando tratar-se de obra a ser executada em ambiente hospitalar em pleno funcionamento, a execução deverá observar planejamento logístico rigoroso, incluindo transporte vertical controlado, eventual içamento de elementos estruturais, isolamento físico integral das áreas em intervenção, controle de poeira e particulados e adoção de todas as medidas de segurança necessárias à preservação das atividades assistenciais e à integridade de pacientes e profissionais.

3.5. As especificações técnicas detalhadas, dimensionamentos estruturais, características dos materiais, métodos executivos, critérios de desempenho e demais requisitos construtivos encontram-se descritos no Memorial Descritivo (Anexo I 58919260) e demais documentos técnicos que integram o presente Termo de Referência, devendo ser integralmente observados pela contratada durante a execução dos serviços.

3.6. Local de execução dos serviços:

3.6.1. Os serviços serão executados nas instalações do **Hospital Universitário de Rio Grande (HU-FURG), localizado na Rua Visconde de Paranaguá, nº 102, Centro - Rio Grande - RS. CEP 96200-190.**

4. ÁREA ESTIMADA

4.1. As quantidades a serem contratadas em termos de metros quadrados (m²) estão definidas na Tabela 01.

Tabela 01 - Quantidades a serem contratadas

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
01	Reforma da cobertura da Sala 03 do Bloco Cirúrgico do HU-Furg/Ebserh/HU Brasil	M ²	55,60

5. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO (REFERENCIAL)

5.1. O valor estimado para cada item encontra-se apresentado na tabela a seguir:

Tabela 02 - Valor estimado do item

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	QUANTIDADE	UNIDADE	VALOR TOTAL DO SERVIÇO	VALOR TOTAL COM A BONIFICAÇÃO (6%)
01	Reforma da cobertura da Sala 03 do Bloco Cirúrgico do HU-Furg/Ebserh/HU Brasil	1627	01	UN	R\$ 381.443,69	R\$ 404.330,31

5.2. O interessado deve se atentar aos seguintes avisos no dimensionamento da sua proposta:

a) Na sua proposta, deve ser cotado o valor do serviço + o valor da possível bonificação (para fins de operacionalização do pagamento se for necessário)

b) Na discriminação do seu orçamento, deve ser detalhada apenas a parcela referente ao SERVIÇO, conforme orçamento-base Anexo a este Termo de Referência.

c) O valor cotado no Compras.gov considerando o Desconto aplicado na fase de lances deve coincidir com as situações descritas acima. O licitante é responsável pelo correto dimensionamento da sua proposta.

5.3. O Orçamento de Referência encontra-se pormenorizado no Anexo I (58919260).

5.3.1. A sua versão editável está disponibilizada no Anexo XIII (60249732).

5.4. A taxa de Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) encontra-se discriminada no Anexo I deste Termo de Referência.

5.4.1. A ART ou TRT do responsável pela elaboração de plantas, orçamento-base, especificações técnicas, composições de custos unitários, cronograma-físico-financeiro e outras peças técnicas consta no Anexo (59762096).

5.5. Os encargos sociais considerados no orçamento seguem os percentuais estabelecidos na metodologia do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), adotada como referência para as composições de custos utilizadas.

6. FUNDAMENTAÇÃO E REFERÊNCIAS NORMATIVAS

6.1. Legislação e normas de infraestrutura da Rede HU Brasil contidas no sítio eletrônico institucional ([Link](#)).

6.2. Lei Federal nº 13.303 de 30 de junho de 2016 – Estatuto Jurídico da Empresa Pública, da Sociedade de Economia Mista e suas subsidiárias.

6.3. Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021 - estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

6.4. Decreto Federal nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016 – Regulamenta, no âmbito da União, a Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016.

6.5. Decreto Federal nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 – Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

6.6. Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil. (RCC 3.0).

6.7. Resolução nº 155, de 28 de abril de 2022 do Conselho de Administração – aprovado em 28 de abril de 2022.

6.8. Instrução Normativa – SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017 – Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

6.9. Instrução Normativa – SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010 – Dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental.

6.10. DECRETO Nº 7.983, DE 8 DE ABRIL DE 2013 - Estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, e dá outras providências.

6.11. Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90) 2.1.10. Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos (alterada pela Lei nº 14.026/2020).

6.12. Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002 (Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil, com alterações introduzidas pelas Resoluções CONAMA nº 348/2004, nº 431/2011, nº 448/2012 e 469/2015).

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1. Classificação dos serviços

7.1.1. Trata-se de **Obra de Engenharia**, pois refere-se à reforma e melhoria de uma estrutura existente.

7.1.1.1. O objeto apresenta natureza comum, visto se tratar de solução padronizável e corriqueira no mercado.

7.1.2. Nos termos do art. 9º do RCC 3.0, o regime de execução será **Empreitada por Preço Unitário**, uma vez que não é possível definir previamente no projeto, com boa margem de precisão, as quantidades dos serviços a serem posteriormente executados na fase contratual. Tal definição decorre do fato de se tratar de intervenção em estrutura já existente, cuja condição real somente poderá ser integralmente aferida durante a execução, em razão

de possíveis interferências ocultas, patologias construtivas e adaptações decorrentes de ampliações e modificações realizadas ao longo do tempo.

7.2. Modalidade de contratação

7.2.1. Pela forma como a solução é proposta, o seu processamento se dará através de procedimento licitatório, através de **Concorrência Eletrônica**, por se tratar de Obra de Engenharia.

7.3. Formalização e vigência contratual

7.3.1. Haverá formalização contratual, com vigência pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado desde que atendidas as disposições do Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil (RCC 3.0) e legislação vigente.

7.3.2. O prazo de execução do item será de 120 dias corridos.

7.3.3. A data prevista para início da vigência do Contrato é imediatamente após a assinatura do contrato entre o HU e a(s) licitante(s), momento em que começa a contagem de prazo para atendimento das definições descritas na cláusula 11 deste Termo de Referência.

7.3.4. A rescisão unilateral deverá ser precedida de comunicação escrita e fundamentada da parte interessada e ser enviada à outra parte com antecedência mínima de 90 (noventa) dias. A critério da Ebserh/HU Brasil, caso exista risco ao regular funcionamento da unidade, o prazo referido no subitem anterior poderá ser reduzido ou ampliado.

7.3.5. A Contratada poderá aceitar, nas mesmas condições deste contrato e sua proposta, acréscimos ou supressões nos serviços, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do valor constante do contrato, a teor do que dispõe o artigo 203 do RCC 3.0.

7.4. Critérios de Seleção do Fornecedor

7.4.1. O critério de julgamento a ser adotado deverá ser o **maior desconto**.

7.4.2. Será vencedora a proposta que ofertar maior desconto sobre a planilha orçamentária apresentada pela Contratante.

7.4.3. Será declarada vencedora a licitante que, além de apresentar o maior desconto dentre as proponentes, for habilitada jurídica, financeira e tecnicamente, de acordo com o Termo de Referência e Edital.

7.4.4. Fará parte da Proposta Comercial da proponente somente o desconto a ser aplicado sobre a tabela referenciada (Tabela não desonerada do SINAPI). Não serão aceitas argumentações de que o desconto apresentado durante licitação prejudica a remuneração adequada dos objetos do contrato. Portanto, é de inteira responsabilidade da Contratada a apresentação do índice de desconto incidente.

7.4.5. O modo de disputa será o **ABERTO**.

7.4.5.1. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor, **será de 0,75%**.

7.5. Informações Relevantes Quanto à Proposta

7.5.1. Na planilha da proposta, os valores deverão ser apresentados separadamente para mão de obra e materiais.

7.5.2. Sobre os valores das despesas diretas, deverá incidir o BDI (Bonificação de Despesas Indiretas), que deve ser discriminado na proposta.

7.5.3. O preço proposto deve contemplar todos os custos e despesas, sejam diretas ou indiretas, relacionados à prestação de serviços de cada item.

7.5.4. A proposta de preço a ser apresentada pelos licitantes deverá estar acompanhada dos seguintes documentos:

- i. Orçamento sintético;
- ii. Orçamento analítico, atendendo aos requisitos usuais para serviços de engenharia;
- iii. Composição das taxas de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI), incluindo o diferenciado.

7.5.5. **As planilhas de orçamento propostas pelas licitantes deverão ser entregues em formato PDF e também em arquivo eletrônico editável no Microsoft Excel.**

7.6. Reajuste

7.6.1. Os critérios referentes ao reajuste estão definidos no instrumento contratual.

7.7. Garantia de execução do contrato

7.7.1. Será exigida a garantia da contratação de que trata o art. 185 do RCC 3.0, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo a CONTRATADA optar pela caução em dinheiro, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação.

7.7.1.1. Nas contratações de obras e serviços de engenharia, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor do orçamento estimado, equivalente à diferença entre esse último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigidas, nos termos do art. 185, § 6º do RCC 3.0.

7.7.2. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

7.7.2.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que a CONTRATADA não pague o prêmio nas datas convencionadas.

7.7.2.2. Caso a adjudicatária não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

7.7.2.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

7.7.2.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

7.7.2.5. Caso a adjudicatária não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da CONTRATANTE, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro, fiança bancária ou títulos de capitalização.

7.7.3. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pela CONTRATADA, deverá ser efetuada em favor da CONTRATANTE, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

7.7.4. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regularmente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

7.7.4.1. O título de capitalização deverá ser apresentado à CONTRATANTE juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP n.º 656/2022).

7.7.5. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

7.7.5.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

7.7.5.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela HU Brasil à CONTRATADA; e

7.7.5.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela CONTRATADA.

7.7.6. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

7.7.7. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da HU Brasil, a CONTRATADA ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela HU Brasil.

7.7.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da CONTRATANTE, contados da data em que for notificada.

7.7.9. A CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

7.7.9.1. O emitente da garantia ofertada pela CONTRATADA deverá ser notificado pela CONTRATANTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

7.7.9.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep n.º 662/2022.

7.7.10. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização,

acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato.

7.7.10.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

7.7.10.2. A HU Brasil deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

7.7.11. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da HU Brasil e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

7.7.12. A CONTRATADA autoriza a CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

7.7.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

7.7.14. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

7.8. Empresas em consórcio

7.8.1. Será admitida a participação de empresas reunidas em consórcio, nos termos do RCC 3.0.

7.8.2. Tratando-se de fornecedores reunidos em consórcio, serão observadas as seguintes exigências:

7.8.2.1. comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

7.8.2.2. indicação de empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Ebserh/HU Brasil;

7.8.2.3. admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

7.8.2.4. impedimento, na mesma licitação, de participação de empresa consorciada, isoladamente ou por meio de mais de um consórcio;

7.8.2.5. responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de Seleção de Fornecedor quanto na de Gestão do Contrato;

7.8.2.6. habilitação técnica, quando exigida, por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, por meio do somatório dos valores de cada consorciado;

7.8.2.6.1. se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.8.2.7. constituição e registro do consórcio, antes da celebração do contrato;

7.8.2.8. a substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pela Ebserh/HU Brasil e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de capacidade econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio.

7.9. Subcontratação

7.9.1. Será admitida a subcontratação parcial do objeto, limitada a até 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

7.9.1.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação não expressamente admitida.

7.9.1.2. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:

7.9.1.2.1. Execução de estrutura metálica, incluindo fabricação, fornecimento, montagem e eventual tratamento superficial dos elementos estruturais metálicos.

7.9.1.2.2. Considera-se que a especialização necessária para execução de coberturas metálicas, incluindo trabalhos em altura e técnicas específicas de montagem, justifica a possibilidade de subcontratação dessa parcela, sem prejuízo à eficiência da execução contratual.

7.9.2. A subcontratação depende de autorização prévia da Ebserh/HU Brasil, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

7.9.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Ebserh/HU Brasil pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais

correspondentes ao objeto da subcontratação.

7.9.4. A contratada apresentará à Ebserh/HU Brasil documentação que comprove a capacidade técnica da subcontratada, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

7.9.5. É vedada a subcontratação de empresa que se enquadre nos impedimentos do art. 182, § 2º, do RCC 3.0.

7.9.6. A substituição de subcontratada previamente autorizada dependerá de anuência expressa da Ebserh/HU Brasil, devendo a nova empresa comprovar o atendimento às mesmas condições técnicas e legais exigidas anteriormente.

7.9.7. A Contratada deverá incluir, nos contratos firmados com as subcontratadas, cláusula que (i) permita à Administração o pleno acompanhamento e fiscalização dos serviços e (ii) vede o repasse do objeto subcontratado a terceiros.

7.9.8. Eventuais atrasos decorrentes da apresentação intempestiva ou inadequada da documentação das subcontratadas serão de responsabilidade exclusiva da contratada, sujeitando-a às penalidades previstas contratualmente.

8. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

8.1. As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, nos termos do RCC 3.0, conforme disciplinado no Edital.

8.2. Os critérios de habilitação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no Edital.

8.3. Critérios de Habilitação Técnica - Operacional e Habilitação Técnica - Profissional

8.3.1. As empresas deverão comprovar a qualificação técnica mediante a apresentação dos documentos elencados neste subitem.

8.3.2. As qualificações técnicas exigidas para habilitação estão na Tabela 03.

Tabela 03 - Qualificação técnica

ITEM	QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL	QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL
01 - Reforma da cobertura da Sala 03 do Bloco Cirúrgico do HU-Furg/Ebserh/HU Brasil	<p>I - Comprovação de registro ou inscrição da empresa licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) em plena validade, onde constem os seus responsáveis técnicos, devidamente registrados nos conselhos regulamentadores de suas atividades.</p> <p>II - Apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados no conselho profissional competente, que comprovem a aptidão da licitante para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação.</p> <p>II.a - Para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, os atestados deverão demonstrar a execução de serviços compatíveis com uma ou mais das parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto, assim consideradas:</p> <ul style="list-style-type: none">• Execução ou reforma de cobertura;• Execução ou montagem de estrutura metálica;• Execução de serviços de impermeabilização de cobertura. <p>II .b - A comprovação deverá contemplar a execução de serviços em quantitativos mínimos de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de maior relevância previstas para a presente contratação.</p>	<p>I - Certidão(ões) de Acervo Técnico - CAT, emitida pelo CREA/CAU do engenheiro civil ou arquiteto responsável, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, ou Registro de Responsabilidade Técnica - RRT relativo à execução obras ou reformas com características semelhantes.</p> <p>II - Comprovação do vínculo profissional entre a empresa proponente e o responsável técnico, na data prevista para entrega da proposta, que pode ser feita mediante a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS), cópia do contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio, cópia do contrato de trabalho, cópia do contrato de prestação de serviços sem vínculo trabalhista ou, ainda, declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional (Acórdão nº 1450/2022-Plenário; Acórdão nº 872/2016-Plenário).</p> <p>III - Certidão de Registro de Pessoa Física expedida pelo CREA/CAU do engenheiro civil ou arquiteto responsável, onde conste atribuição</p>

8.3.3. Os atestados ou certidões apresentados para fins de comprovação de qualificação técnica deverão conter, no mínimo:

- i. identificação do emitente (nome, CNPJ e endereço completo);
- ii. identificação da empresa executora;
- iii. descrição dos serviços executados ou produtos fornecidos;
- iv. período de execução;
- v. data de emissão;
- vi. assinatura e identificação do responsável pela emissão (nome e cargo/função).

8.3.4. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, o somatório de atestados referentes a serviços executados de forma concomitante.

8.3.5. A licitante deverá disponibilizar, sempre que solicitado, documentos complementares que comprovem a veracidade das informações constantes nos atestados apresentados, tais como cópia do contrato correspondente, endereço da contratante e local de execução dos serviços.

8.3.6. Somente serão aceitos atestados emitidos após a conclusão do contrato ou após decorrido período mínimo suficiente à comprovação da efetiva execução dos serviços, salvo quando se tratar de contrato com prazo inferior.

8.3.7. O responsável técnico indicado poderá ser substituído por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que previamente aprovado pela Administração.

8.3.8. A apresentação de declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e no edital.

8.3.9. Justificam-se as exigências de qualificação técnica por serem de praxe para o mercado que pretende-se atingir, bem como afastar o risco de participação de empresas aventureiras. Tal previsão é razoável por se tratar de intervenção de reforma em ambiente hospitalar.

8.4. **Vistoria**

8.4.1. A vistoria é recomendada, mas facultada ao licitante, sendo que todos os licitantes devem possuir pleno conhecimento do local e das condições de execução dos serviços no momento da elaboração de sua proposta técnica comercial. Desta forma, o licitante deve mitigar as chances de ocorrerem eventuais erros na elaboração do orçamento e/ou pedidos de aditivos contratuais decorrentes de alegações sobre o desconhecimento do local, sendo de inteira responsabilidade da Contratada a ocorrência de eventuais prejuízos ou erros no dimensionamento da proposta, independentemente da realização ou não da vistoria.

8.4.1.1. O agendamento da Vistoria deverá ser realizado através do e-mail sif.hu-furg@ebserh.gov.br e poderá ocorrer de segunda a sexta, nos horários de 08h a 12h.

8.4.2. A licitante deverá emitir declaração de que conhece as condições locais para execução do objeto e que realizou ou não vistoria no local, sendo que a Declaração de Vistoria deve ser entregue devidamente assinada pelos representantes da Contratante e da Contratada presentes no momento da realização da visita – conforme Termo de Referência.

8.4.3. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até, no máximo, 10 (dez) dias anteriores à data prevista para abertura da licitação.

8.4.4. Todas as despesas decorrentes da vistoria, a exemplo de deslocamentos, hospedagens, alimentação, serão responsabilidades da licitante. Para a vistoria, o licitante ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria. Recomenda-se que a vistoria seja realizada por profissionais devidamente registrados no CREA ou CAU e autorizado pelo responsável técnico indicado pela empresa como responsável pela obra, caso não seja o próprio responsável técnico quem realize a vistoria.

9. **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS MATERIAIS, SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS**

9.1. A contratação deverá assegurar a execução integral da reforma da cobertura da Sala 03 do Bloco Cirúrgico, conforme projeto básico, memorial descritivo, planilha orçamentária e demais documentos técnicos fornecidos pela Administração.

9.2. Os serviços deverão atender às características mínimas de desempenho, qualidade e funcionalidade previstas no projeto, garantindo a estanqueidade da cobertura, a segurança estrutural, a durabilidade dos materiais empregados e a adequação às condições de uso em ambiente hospitalar classificado como área crítica.

9.3. A execução deverá assegurar total compatibilidade com a estrutura existente da edificação, considerando as limitações construtivas do prédio hospitalar e a necessidade de preservação das áreas adjacentes do Bloco Cirúrgico. Eventuais interferências em sistemas prediais existentes deverão ser previamente avaliadas e autorizadas pela fiscalização.

9.4. Salvo disposição expressa em contrário, todos os materiais empregados na execução dos serviços deverão ser novos, de primeira qualidade, entendida como a gradação superior prevista em normas técnicas aplicáveis, especialmente as da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, quando existentes.

9.5. É expressamente vedada a utilização de materiais improvisados ou em desacordo com as especificações técnicas, bem como a adaptação de peças por meio de cortes, ajustes ou quaisquer modificações que comprometam o desempenho, a segurança ou a durabilidade dos sistemas construtivos.

9.6. A execução dos serviços deverá observar rigorosamente as recomendações técnicas dos fabricantes dos materiais empregados, especialmente quanto aos métodos executivos e às ferramentas adequadas para aplicação.

9.7. A Contratada deverá submeter previamente à apreciação da fiscalização, quando solicitado, amostras dos materiais, acabamentos e equipamentos a serem utilizados na obra, ficando condicionada sua aplicação à aprovação formal.

9.8. Não serão aceitos serviços executados com materiais não aprovados ou em desacordo com as especificações técnicas constantes nos projetos, memoriais descritivos e demais documentos integrantes da contratação.

10. CRITÉRIOS DE PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE E LICENCIAMENTO AMBIENTAL

10.1. A execução da obra deverá observar os princípios da sustentabilidade aplicáveis às contratações públicas, promovendo a utilização racional de recursos naturais, a redução de desperdícios e a minimização de impactos ambientais.

10.2. Sempre que tecnicamente viável, deverá ser priorizado o emprego de mão de obra, materiais e tecnologias de origem local, de modo a reduzir impactos logísticos e emissões associadas ao transporte.

10.3. A Contratada deverá elaborar e implementar o Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC), em conformidade com a Resolução CONAMA nº 307/2002 e demais normas aplicáveis, contemplando a segregação, acondicionamento, transporte e destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados.

10.4. Todos os resíduos removidos deverão estar acompanhados do respectivo Controle de Transporte de Resíduos (CTR), conforme normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT aplicáveis à gestão de resíduos da construção civil.

10.5. Durante a execução dos serviços deverão ser adotadas medidas para:

- controle de poeira, ruídos e dispersão de partículas;
- uso racional de água e energia elétrica;
- prevenção de desperdícios de materiais;
- adequada segregação e destinação de resíduos recicláveis, quando aplicável.

10.6. Os materiais empregados deverão observar as normas técnicas do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO, quando aplicável, bem como normas técnicas ambientais pertinentes.

10.7. Quando tecnicamente viável, poderão ser utilizados materiais com desempenho térmico aprimorado, visando contribuir para o conforto ambiental da edificação.

10.8. Para a execução do objeto não se verifica, em princípio, a necessidade de licenciamento ambiental específico, nos termos da legislação ambiental vigente, sem prejuízo da obrigação de cumprimento integral das normas ambientais aplicáveis.

10.9. A Contratada deverá assegurar o cumprimento das normas ambientais federais, estaduais e municipais incidentes sobre a execução da obra.

11. SEGURANÇA DO TRABALHO

11.1. A CONTRATADA deverá atender na íntegra as exigências do Procedimento Operacional Padrão (Anexo XII deste TR) que trata das questões de Saúde e Segurança no Trabalho para Empresas Prestadoras de Serviço de Mão de Obra (POP.DGP.055);

11.2. Atividade 1: Procedimentos antes do início da prestação dos serviços

11.2.1. Responsável: Empresa prestadora de serviços de mão de obra

11.2.2. Prazo: até 7 dias antes do início da prestação dos serviços

11.2.3. Atividades:

11.2.3.1. Reunir-se com o(a) gestor(a) do contrato e com a equipe técnica da Usost, a fim de receber as orientações referentes às exigências e procedimentos de SST, bem como assinar o Termo de conhecimento e aceite (Anexo II), que será posteriormente encartado ao processo de fiscalização pelo(a) gestor(a)/fiscal do contrato.

11.2.3.2. Dar ciência do conteúdo deste POP aos(as) seus(suas) trabalhadores(as).

11.2.3.3. Encaminhar à Usost cópia da documentação relacionada no Anexo I do POP citado acima, observando os prazos estabelecidos.

11.2.3.4. Providenciar a devida identificação dos(as) seus(suas) trabalhadores(as).

11.3. Atividade 2: Realização e apresentação do ASO e carteiras de vacinação

11.3.1. Responsável: Empresa prestadora de serviços de mão de obra

11.3.2. Prazo: até 7 dias antes do início da prestação dos serviços

11.3.3. Atividades:

11.3.3.1. Apresentar os ASO atualizados de todos(as) os(as) trabalhadores(as) terceirizados(as) em exercício no HUF, conforme periodicidade definida na NR-07 e em seu PCMSO.

11.3.3.2. Nota: Para atividades especiais, tais como eletricidade, trabalho em altura, espaço confinado, operação de equipamentos de elevação e transporte de materiais, trabalhos em caldeiras e/ou vasos de pressão, o ASO deve indicar a aptidão específica do(a) trabalhador(a) para a execução do serviço.

11.3.3.3. Apresentar as carteiras de vacinação de todos(as) os(as) trabalhadores(as) terceirizados(as) em exercício no HUF, conforme estabelecido na NR-32.

11.3.3.4. Informar ao(à) gestor(a) e/ou fiscal do contrato a relação dos empregados considerados inaptos, se houver.

11.4. Atividade 3: Constituição de SESMT

11.4.1. Responsável: Empresa prestadora de serviços de mão de obra

11.4.2. Prazo: imediatamente após assinatura do contrato

11.4.3. Atividades:

11.4.3.1. Constituir e registrar Sesmt, conforme NR-04.

11.4.3.2. Interagir com a Usost para integração de ações em SST.

11.5. Atividade 4: Fluxo de emergências e Comunicação de Acidentes de Trabalho

11.5.1. Responsável: Empresa prestadora de serviços de mão de obra

11.5.2. Prazo: durante toda a vigência do contrato

11.5.3. Atividades:

11.5.3.1. Apresentar, em até trinta dias após assinatura do contrato, o fluxo de ações a ser seguido em situações de emergência, detalhando os procedimentos e indicando os(as) responsáveis por sua execução, conforme Anexo XII.

11.5.3.2. Comunicar imediatamente ao(à) gestor(a) e/ou fiscal do contrato e à Usost todo e qualquer incidente ou acidente de trabalho, apresentando a devida comprovação dos procedimentos adotados.

11.5.3.3. Garantir a avaliação médica do(a) trabalhador(a) acidentado(a), a investigação do acidente e a definição das medidas corretivas e preventivas cabíveis, devendo ainda emitir CAT no prazo legal e encaminhar cópia ao(à) gestor(a) e/ou fiscal do contrato e à Usost em até 2 (dois) dias úteis.

11.5.3.4. Nota1: Em caso de acidente envolvendo material biológico e/ou perfurocortante, o protocolo estabelecido pelo HUF deverá ser rigorosamente seguido.

11.5.3.5. Nota2: A empresa prestadora de serviços de mão de obra deve garantir condições adequadas que permitam a qualquer integrante de sua equipe reportar ao HUF eventuais situações que representem riscos à segurança e à saúde das pessoas.

11.6. Atividade 5: Instituição de CIPA

11.6.1. Responsável: Empresa prestadora de serviços de mão de obra

11.6.2. Prazo: em até sessenta dias após assinatura do contrato

11.6.3. Atividades:

11.6.3.1. Instituir Cipa, conforme NR-05, considerando o grau de risco 3, no caso de serviço em HUF.

11.6.3.2. Nota: A empresa fica dispensada da constituição da Cipa quando a prestação de serviços na Ebserh/HU Brasil tiver duração de até 180 dias.

11.6.3.3. Participar, sempre que convidada, das reuniões da Cipa da Ebserh/HU Brasil.

11.6.3.4. Disponibilizar documentação relativa à Cipa, sempre que solicitada pela Ebserh/HU Brasil.

11.6.4. Atividade 6: Elaboração e apresentação do PGR

11.6.5. Responsável: Empresa prestadora de serviços de mão de obra

11.6.6. Prazo: em até trinta dias após assinatura do contrato

11.6.7. Atividades:

11.6.7.1. Apresentar PGR nos termos da NR-01, contemplando os riscos identificados nas dependências do HUF, de forma integrada com o PGR do HUF.

11.6.7.2. Apresentar atualizações do PGR, sempre que estas se fizerem necessárias.

11.6.7.3. Elaborar inventário de riscos ou PGR específico em conformidade com a NR-18, em caso de serviço de construção civil.

11.7. Atividade 7: Elaboração e apresentação de PCMSO

11.7.1. Responsável: Empresa prestadora de serviços de mão de obra

11.7.2. Prazo: em até trinta dias após assinatura do contrato

11.7.3. Atividades:

11.7.3.1. Apresentar PCMSO, com base na avaliação de riscos do PGR, de forma a integrarem-se, conforme determinam as NR-07, NR-09 e NR-32.

11.8. Atividade 8: Elaboração e apresentação de LIP e LTCAT

11.8.1. Responsável: Empresa prestadora de serviços de mão de obra

11.8.2. Prazo: em até trinta dias após a assinatura do contrato

11.8.3. Atividades:

11.8.3.1. Apresentar LIP e LTCAT, em conformidade com as NR-15 e NR-16, e em atendimento à Lei nº 8.213/1991 e Decreto nº 3.048/1999, respectivamente.

11.8.3.2. Nota¹: Os laudos deverão ser elaborados e assinados por profissionais competentes pertencentes ao quadro de trabalhadores(as) terceirizados(as) ou contratados(as) pela empresa prestadora de serviços de mão de obra.

11.8.3.3. Nota²: Quando forem elaborados por Engenheiro(a) de Segurança do Trabalho, é necessária a apresentação de ART ou RRT.

11.9. Atividade 9: Organização do trabalho e documentação

11.9.1. Responsável: Empresa prestadora de serviços de mão de obra

11.9.2. Prazo: durante toda a vigência do contrato

11.9.3. Atividades:

11.9.3.1. Manter atualizada a documentação relativa à SST de seus(suas) trabalhadores(as).

11.9.3.2. Apresentar, sempre que solicitado: a) Relação de todos os(as) trabalhadores(as) em atividade no HUF; b) Comprovante de comunicação prévia de obras registrada no sistema informatizado da Secretaria de Inspeção do Trabalho, quando couber.

11.10. Atividade 10: Procedimentos antes do início da prestação dos serviços Responsável: Empresa prestadora de serviços de mão de obra

11.10.1. Prazo: antes do início da prestação dos serviços de atividade técnica

11.10.2. Atividades:

11.10.2.1. Fornecer, treinar e exigir de seus(suas) trabalhadores(as) o uso dos EPI necessários ao desempenho das atividades, conforme o tipo de serviço prestado, devendo comprovar a entrega e orientação

por meio de fichas de controle, as quais deverão permanecer disponíveis no local de execução das atividades.

11.10.2.2. Dispor de ferramentas e equipamentos adequados e compatíveis com a atividade técnica executada, em perfeitas condições de segurança e funcionamento.

11.10.2.3. Elaborar APR, conforme Anexo VI, do POP.DGP.055 ou equivalente, identificando todos os riscos envolvidos nas atividades e propondo as medidas cabíveis para a execução segura dos trabalhos, devendo encaminhar à Usost uma cópia devidamente preenchida e assinada.

11.10.2.4. Comprovar a capacitação de seus(suas) trabalhadores(as) para a execução de atividades que envolvam eletricidade, trabalho em altura, espaço confinado, operação de equipamentos de elevação e transporte de materiais, trabalhos em caldeiras e/ou vasos de pressão, bem como outras que demandem habilidades específicas e/ou **voltadas a ambientes hospitalares (Comprovante de capacitação de acordo com o serviço a ser realizado e os riscos envolvidos, conforme NR-32)**, em conformidade com o disposto no Anexo III, do POP.DGP.055, e nas NR aplicáveis.

11.11. **Atividade 11: Trabalho em Altura**

11.11.1. Responsável: Empresa prestadora de serviços de mão de obra

11.11.2. Prazo: antes do início da execução desta atividade

11.11.3. **Atividades:**

11.11.3.1. Elaborar APR e PT, conforme Anexos VI e VIII, Anexo III, do POP.DGP.055, ou equivalente, e Plano de Emergências e Salvamento, em conformidade com a NR-35, devendo encaminhar à Usost cópias devidamente preenchidas e assinadas.

11.11.3.2. Indicar na PT a metodologia a ser adotada para a execução dos serviços, incluindo, por exemplo, o uso de andaimes, escadas ou plataformas elevatórias, bem como o tipo de sistema de ancoragem a ser utilizado.

11.11.3.3. Informar a relação de trabalhadores(as) formalmente autorizados(as) a realizar trabalhos em altura, indicando a abrangência e os limites dessa autorização, em conformidade com a NR-35.

11.11.3.4. Nota¹: Para os sistemas de ancoragem, deverá ser comprovado o atendimento às disposições da NR-18.

11.11.3.5. Nota²: No caso de utilização de andaimes, apresentar o projeto correspondente acompanhado da ART ou RRT, bem como o registro formal de liberação para uso, assinado por profissional qualificado(a) em segurança do trabalho ou pelo(a) responsável pela frente de trabalho ou canteiro de obras.

11.11.3.6. Seguir o POP.DGP.055 para toda e qualquer atividade realizada durante a execução deste contrato.

12. **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

12.1. **Início da execução e prazos**

12.1.1. A data de início da execução da obra será definida pela Fiscalização com a emissão da ordem de serviço, após a apresentação de todas as licenças, alvarás e documentos necessários para execução da mesma. Não havendo garantia de início imediato à celebração do contrato.

12.1.2. A documentação para início da obra deverá ser providenciada em no máximo 30 (trinta) dias contados da celebração do contrato, sob pena de multa.

12.1.3. Deverá constar, junto aos documentos apresentados para autorização de início da execução da obra, as documentações citadas a seguir referentes ao cumprimento dos requisitos legais dispostos nas normas regulamentadoras aprovadas pela Portaria 3.214/78 do MTE, conforme item 11. deste Termo de Referência.

12.1.4. Nos casos de ocorrência de eventos climáticos extremos, tais como enchentes ou alagamentos de grande magnitude, que impeçam a execução dos serviços e cuja excepcionalidade seja devidamente comprovada, poderá ser autorizada a paralisação temporária da obra. Nessas situações, o prazo contratual será suspenso pelo período correspondente à paralisação, sem aplicação de penalidades à contratada, desde que comprovado o impacto direto no andamento dos serviços.

12.2. **Cronograma Físico-financeiro:**

12.2.1. O Cronograma Físico-financeiro está detalhado no Anexo I (58869963).

12.3. **Equipe técnica mínima**

12.3.1. A Contratada deverá manter responsável técnico legalmente habilitado, com registro ativo no CREA e/ou CAU, conforme a natureza dos serviços executados, devendo ser emitida a respectiva ART ou RRT relativa à execução da obra.

12.3.2. Durante todo o período de execução deverá permanecer profissional com atribuição compatível com o objeto contratado, assegurando o acompanhamento técnico contínuo.

12.3.3. A Contratante poderá exigir a substituição de profissional que apresente desempenho insatisfatório ou conduta incompatível com o ambiente hospitalar.

12.4. **Projeto Executivo e detalhamento técnico**

12.4.1. Considerando que o Projeto Básico apresentado contempla as diretrizes, soluções técnicas e especificações necessárias à caracterização do objeto, porém não abrange o nível de detalhamento exigido para a execução completa da obra, especialmente no que se refere aos elementos estruturais da cobertura metálica, que demandam dimensionamento específico e elaboração de cálculos estruturais, estabelece-se que a elaboração do Projeto Executivo será de responsabilidade da contratada.

12.4.2. O Projeto Executivo deverá conter todos os elementos necessários e suficientes à execução integral dos serviços, incluindo detalhamentos construtivos, memoriais de cálculo, especificações técnicas, quantitativos e demais documentos pertinentes, em conformidade com o disposto no inciso XLVIII do Anexo I e art. 127 do RCC 3.0.

12.4.3. Destaca-se que, para os sistemas que exigem maior rigor técnico, notadamente a cobertura metálica, deverão ser apresentados os respectivos projetos estruturais completos, acompanhados de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), garantindo a segurança, estabilidade e desempenho da estrutura.

12.4.4. A elaboração do Projeto Executivo deverá estar compatibilizada com o Projeto Básico fornecido pela Administração, sendo vedadas alterações que descaracterizem as soluções técnicas previamente definidas, salvo mediante justificativa técnica e prévia aprovação da fiscalização.

12.4.5. Os serviços de elaboração do Projeto Executivo encontram-se contemplados na composição orçamentária da contratação, por meio da previsão de horas técnicas de profissional habilitado, não sendo objeto de medição em item apartado.

12.4.6. A execução dos serviços ficará condicionada à prévia análise e aprovação do Projeto Executivo pela Fiscalização, podendo seu desenvolvimento ocorrer de forma concomitante à execução, conforme a evolução das etapas construtivas e mediante autorização expressa da Contratante.

12.5. **Organização do canteiro**

12.5.1. Compete à Contratada a instalação, organização, manutenção e limpeza do canteiro de obras, assegurando o adequado armazenamento de materiais, a não obstrução de rotas de fuga e equipamentos de combate a incêndio, a organização permanente da área de trabalho e a preservação das áreas hospitalares adjacentes em funcionamento.

12.5.2. As áreas destinadas ao canteiro serão previamente definidas pela Fiscalização.

12.5.3. A Contratada será responsável pela guarda, controle e conservação de materiais, equipamentos e ferramentas utilizados na execução dos serviços.

12.6. **Compatibilização e divergências de projeto**

12.6.1. Em caso de divergência entre documentos, prevalecerão:

- as especificações técnicas sobre os desenhos;
- as cotas indicadas sobre medidas obtidas por escala;
- os desenhos de maior escala sobre os de menor escala;
- os documentos mais recentes sobre os anteriores.

12.6.2. Divergências entre o projeto e a situação encontrada em campo deverão ser comunicadas previamente à Fiscalização, sendo vedada qualquer alteração sem autorização formal.

12.7. **Horários de execução**

12.7.1. Os serviços deverão ser executados em horário compatível com o funcionamento da unidade hospitalar. A Fiscalização poderá determinar ajustes de horário, inclusive execução em período noturno ou em finais de semana, quando necessário para evitar interferências nas atividades assistenciais.

12.8. **Responsabilidade sobre a equipe**

12.8.1. A Contratada será integralmente responsável pela composição, dimensionamento e gestão da equipe necessária à execução dos serviços, bem como pelos encargos trabalhistas, previdenciários e securitários decorrentes da relação de trabalho.

12.8.2. Deverá assegurar a substituição imediata de profissionais quando necessário, sem prejuízo da qualificação técnica exigida, e garantir a continuidade dos serviços durante todo o período contratual.

12.9. **Observância às normas técnicas e legais**

12.9.1. A execução dos serviços deverá observar as normas da ABNT aplicáveis, a legislação federal, estadual e municipal vigente, as normas de segurança do trabalho previstas em item específico deste Termo de Referência, bem como as normas sanitárias aplicáveis a ambientes hospitalares.

12.9.2. Na inexistência de norma brasileira específica, poderão ser adotadas normas técnicas internacionalmente reconhecidas, desde que previamente aprovadas pela Contratante.

12.10. Preservação de bens e áreas adjacentes

12.10.1. A Contratada deverá adotar todas as medidas necessárias para evitar danos a estruturas existentes, equipamentos hospitalares e áreas adjacentes. Eventuais danos causados em decorrência da execução dos serviços deverão ser integralmente reparados pela Contratada, sem ônus para a Contratante.

12.11. As atribuições do gestor do contrato, do fiscal técnico e do fiscal administrativo observarão as disposições do RCC 3.0 e demais normativos internos aplicáveis, competindo-lhes acompanhar a execução do contrato, registrar ocorrências, adotar providências necessárias à regular execução do objeto e promover os procedimentos administrativos pertinentes.

13. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

13.1. Acompanhamento da execução contratual

13.1.1. Os critérios referentes ao acompanhamento da execução contratual estão definidos no instrumento contratual.

13.2. Controle de qualidade e conformidade

13.2.1. Os serviços serão avaliados por meio de inspeções periódicas realizadas em campo, competindo à Fiscalização verificar a conformidade da execução com os projetos e especificações técnicas, apontar eventuais desconformidades, determinar as correções necessárias, exigir a substituição de materiais inadequados ou de qualidade inferior e acompanhar a evolução do cronograma executivo.

13.2.2. Os custos decorrentes de correções, retrabalhos, substituições ou devoluções de materiais serão de exclusiva responsabilidade da Contratada.

13.2.3. A Fiscalização poderá determinar a paralisação de frentes de serviço que apresentem não conformidades, liberando sua continuidade apenas após a regularização das pendências identificadas.

13.2.4. A conformidade dos materiais, técnicas e equipamentos utilizados deverá ser verificada com base na documentação apresentada pela Contratada, contendo a relação detalhada dos insumos empregados, respectivas quantidades e especificações técnicas.

13.2.5. A fiscalização exercida pela Contratante não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades decorrentes da execução contratual, ainda que resultantes de imperfeições técnicas, vícios ou emprego de material inadequado.

13.3. Controle de prazos e cronograma

13.3.1. A evolução dos serviços será acompanhada com base no cronograma executivo aprovado.

13.3.2. Caso seja constatado atraso na execução, a Fiscalização poderá exigir a apresentação de Plano de Ação destinado à recomposição do ritmo dos serviços.

13.3.3. Persistindo o descompasso, poderá ser necessária a repactuação do cronograma executivo. Verificada a impossibilidade de cumprimento da data final contratual por motivo imputável à Contratada, poderão ser aplicadas as sanções previstas no contrato.

13.3.4. Não serão aceitos pleitos de aditivos ou ressarcimento de custos indiretos decorrentes de atrasos atribuíveis à própria Contratada, inclusive aqueles relacionados à manutenção de equipe técnica, canteiro de obras ou equipamentos.

13.3.5. Verificado eventual subdimensionamento da produtividade pactuada, sem prejuízo da qualidade, a autoridade competente poderá promover a adequação contratual, respeitados os limites de alteração previstos no Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh/HU Brasil.

13.4. Diário de obras

13.4.1. O registro do Diário de Obras deverá ser realizado pela Contratada diretamente na plataforma do MMGO (Módulo de Monitoramento e Gestão de Obras) adotada pela Contratante.

13.4.2. O Diário deverá ser preenchido diariamente pelo responsável técnico da Contratada ou por profissional formalmente designado, devendo conter, de forma clara e completa, o quantitativo de trabalhadores e equipamentos mobilizados, os serviços executados no período, as condições climáticas quando pertinentes, as intercorrências verificadas e as providências adotadas, bem como quaisquer informações relevantes relacionadas ao andamento da obra em relação ao cronograma físico-financeiro.

13.4.3. Também deverão ser registradas na plataforma as orientações, determinações e observações da Fiscalização, assegurando a rastreabilidade das comunicações técnicas ocorridas durante a execução contratual.

13.4.4. A Fiscalização acompanhará e validará os registros diretamente no sistema, podendo solicitar complementações, correções ou esclarecimentos sempre que necessário.

13.4.5. A ausência de registro diário ou o preenchimento incompleto das informações poderá ensejar notificação e aplicação das medidas contratuais cabíveis.

13.5. **Instrumento de medição de resultados (IMR)**

13.5.1. A fiscalização utilizará os Instrumentos de Medição de Resultados - IMR, conforme Anexo V (58870017) deste Termo de Referência, para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

13.5.2. O IMR poderá ser revisto, durante a vigência contratual, para ajuste fino, desde que essa alteração:

a) não implique acréscimo ou redução do valor contratual além dos limites permitidos pelo art. 203 do RCC 3.0;

b) não configure descaracterização do objeto contratado.

13.5.3. Poderá haver redimensionamento do pagamento com base nos indicadores estabelecidos sempre que a Contratada deixar de produzir os resultados esperados, executar atividades em desconformidade com o padrão mínimo exigido ou utilizar materiais e recursos humanos em qualidade ou quantidade inferior à prevista.

13.5.4. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos de avaliação e controle.

13.5.5. A avaliação será realizada pelo fiscal técnico em periodicidade compatível com a natureza dos serviços, podendo ser diária, semanal ou mensal.

13.5.6. Não será admitido que a própria Contratada materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

13.5.7. A Contratada poderá apresentar justificativa para eventual desconformidade, a qual poderá ser aceita pelo fiscal técnico quando comprovada a ocorrência de fato excepcional, imprevisível e alheio ao seu controle.

13.5.8. Persistindo comportamento contínuo de desconformidade ou ultrapassados os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, poderão ser aplicadas as sanções cabíveis.

13.6. **Controle de obrigações trabalhistas e previdenciárias**

13.6.1. No caso de obras, compete à Fiscalização solicitar, mensalmente e por amostragem, a comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados alocados na execução contratual, especialmente quanto ao pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado, décimo terceiro salário, férias, benefícios, depósitos de FGTS e demais encargos legais.

13.6.2. Poderá ainda ser solicitada, por amostragem, a apresentação de extratos de FGTS e contribuições previdenciárias pelos empregados, assegurando que todos tenham sido avaliados ao final de um ano de contratação, sem prejuízo de análises adicionais.

13.6.3. Constatado indício de irregularidade, poderão ser oficiados os órgãos competentes para apuração.

13.6.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas poderá ensejar aplicação de sanções administrativas e, nos casos cabíveis, rescisão contratual.

13.7. **Disposições Finais**

13.7.1. A aprovação parcial ou total de serviços pela Fiscalização não exime a Contratada de sua responsabilidade técnica e legal pela execução do objeto.

13.7.2. As disposições previstas nesta cláusula não excluem a aplicação das normas pertinentes constantes da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017, no que couber à contratação.

14. **CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO**

14.1. Os serviços e materiais serão medidos conforme efetivamente executados na obra, com base nas quantidades reais apuradas em campo e em conformidade com os projetos, especificações técnicas e demais documentos contratuais.

14.2. Considerando tratar-se de regime de execução por empreitada por preço unitário, as medições serão realizadas por unidades de serviço efetivamente executadas, observadas as respectivas unidades de medida previstas na planilha orçamentária contratada.

14.2.1. As quantidades medidas deverão guardar rigorosa correspondência com os levantamentos realizados em campo, devidamente comprovados por memória de cálculo, croquis, registros fotográficos e demais elementos técnicos necessários à comprovação da execução.

14.3. Não serão objeto de medição serviços não executados, serviços executados em desconformidade com os projetos ou serviços não previamente autorizados pela Fiscalização.

14.4. **Procedimento para apresentação das medições**

14.4.1. Os boletins de medição deverão ser apresentados pela Contratada no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos após o encerramento do período de medição estabelecido no cronograma físico-financeiro.

14.4.2. Cada medição deverá ser acompanhada de memória de cálculo detalhada dos quantitativos apurados, contendo:

- 14.4.2.1. identificação do serviço;
- 14.4.2.2. unidade de medida;
- 14.4.2.3. quantitativo executado no período;
- 14.4.2.4. quantitativo acumulado;
- 14.4.2.5. valor unitário contratado;
- 14.4.2.6. valor parcial e acumulado.

14.4.3. A Fiscalização disporá do prazo de até 10 (dez) dias úteis para análise, aprovação ou contestação da medição apresentada.

14.4.3.1. Caso sejam identificadas inconsistências, a medição será devolvida para ajustes, ficando suspensa a contagem de prazo para ateste até a reapresentação corrigida.

14.4.4. Previamente à emissão da Nota Fiscal, a Contratada deverá apresentar ao fiscal técnico a prévia da medição contendo os quantitativos e valores apurados, para validação.

14.4.5. A aprovação da medição não implica aceitação definitiva dos serviços, nem exime a Contratada de suas responsabilidades técnicas, legais e contratuais.

14.5. **Administração local**

14.5.1. O item “Administração Local” será medido proporcionalmente ao avanço físico-financeiro da obra, evitando-se sua concentração nas fases iniciais da execução.

14.5.1.1. O pagamento dessa parcela deverá manter compatibilidade com o ritmo de execução dos serviços, de modo a assegurar equilíbrio contratual e impedir antecipação indevida de valores.

14.6. **Documentação para ateste da nota fiscal**

14.6.1. Para obtenção do ateste e liberação do pagamento, deverão ser apresentados, no que couber:

- 14.6.1.1. Planilha de Medição aprovada pela Fiscalização;
- 14.6.1.2. Diário de Obra do período;
- 14.6.1.3. Relatório fotográfico dos serviços executados;
- 14.6.1.4. Notas fiscais dos materiais e equipamentos fornecidos no período, quando aplicável;
- 14.6.1.5. Entrega parcial do As Built, conforme evolução da obra;
- 14.6.1.6. Comprovantes de destinação adequada dos resíduos;
- 14.6.1.7. Curva de avanço físico-financeiro;
- 14.6.1.8. Cronograma atualizado, mantendo-se congelada a linha de base original para fins comparativos;
- 14.6.1.9. Documentação trabalhista e previdenciária pertinente aos empregados alocados na obra, conforme exigido pela fiscalização administrativa.

14.6.2. A Contratante informará formalmente à Contratada o valor correto para emissão da Nota Fiscal.

14.6.3. A liberação do pagamento ficará condicionada à comprovação de conformidade com as exigências de Segurança e Saúde Ocupacional.

14.7. **Medição final**

14.7.1. A liberação do pagamento da última medição estará condicionada ao cumprimento integral das obrigações contratuais, incluindo:

- 14.7.1.1. entrega do Manual de Uso, Operação e Manutenção das Edificações, quando aplicável;
- 14.7.1.2. entrega dos certificados de garantia dos equipamentos instalados;

14.7.1.3. apresentação dos projetos As Built atualizados, acompanhados de relatório fotográfico identificando as alterações realizadas;

14.7.1.4. saneamento de todas as pendências apontadas no Termo de Recebimento Provisório;

14.7.1.5. atendimento às demais exigências constantes nos projetos, memoriais descritivos e caderno de encargos.

14.7.2. O pagamento da medição final não afasta a responsabilidade da Contratada quanto às garantias legais e contratuais da obra.

15. REMUNERAÇÃO VARIÁVEL POR DESEMPENHO

15.0.1. Nos termos do art. 10 do RCC 3.0, a presente contratação admite a aplicação de remuneração variável, vinculada ao desempenho da contratada, conforme critérios objetivos definidos nesta cláusula.

15.0.2. A remuneração variável será paga a título de bonificação adicional, desde que atendidas as condições estabelecidas, sem prejuízo das demais obrigações contratuais. O pagamento somente ocorrerá nos casos em que não haja extrapolação do limite orçamentário fixado para a contratação bem como haja aprovação formal da Administração contratante

15.0.3. METAS ELEGÍVEIS À BONIFICAÇÃO

META	CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO	BONIFICAÇÃO (%)
1	Entrega da unidade com funcionamento operacional antecipado em até 60 dias, sem pendências registradas em relatório de vistoria final	Até 6 % do valor global
2	Entrega da unidade com funcionamento operacional antecipado em até 30 dias, sem pendências registradas em relatório de vistoria final	Até 4 % do valor global
3	Entrega da unidade com funcionamento operacional antecipado em até 20 dias, sem pendências registradas em relatório de vistoria final	Até 2 % do valor global
4	Entrega da unidade com funcionamento operacional antecipado em até 10 dias, sem pendências registradas em relatório de vistoria final	Até 1 % do valor global

15.0.4. A bonificação será concedida mediante os seguintes requisitos cumulativos:

I - Apresentação de documentação comprobatória (relatórios, registros fotográficos, certificações ou documentos fiscais);

II - Elaboração de parecer técnico da equipe de fiscalização atestando o cumprimento da meta;

III - Aprovação expressa pela Administração contratante;

IV - Não haja extrapolação do limite orçamentário fixado para a contratação.

15.0.5. A bonificação tem caráter excepcional e não será devida em caso de inadimplemento contratual, mesmo que parcial.

16. RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

16.1. A emissão da Nota Fiscal deverá ser precedida do recebimento provisório e definitivo das etapas executadas, observados os procedimentos estabelecidos neste Termo de Referência.

16.2. Ao final de cada período de medição previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a Contratada deverá apresentar a medição prévia dos serviços executados no período, acompanhada de planilha de medição e memória de cálculo detalhada dos quantitativos apurados.

16.3. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando todos os serviços previstos para aquela fase no Cronograma Físico-Financeiro estiverem integralmente executados.

16.4. Sempre que aplicável, a Contratada deverá apresentar, juntamente com a medição, os documentos comprobatórios da procedência legal de produtos e subprodutos florestais eventualmente utilizados na execução dos serviços.

16.5. Recebimento provisório

16.5.1. O recebimento provisório será realizado pela equipe de fiscalização após a análise da documentação apresentada e a verificação dos serviços executados.

16.5.2. Para esse fim, a Contratante realizará inspeção detalhada dos serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados pelos responsáveis técnicos da Contratada, com a finalidade de verificar a conformidade da execução com os projetos, especificações técnicas e demais documentos contratuais, bem como identificar eventuais ajustes, arremates ou correções necessárias.

16.5.3. Ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto, podendo considerar, quando aplicável, os indicadores de desempenho previstos no Instrumento de Medição de Resultados (IMR), ou instrumento equivalente, que poderão implicar redimensionamento dos valores a serem pagos.

16.5.4. A Contratada ficará obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

16.5.5. A fiscalização poderá reter o ateste da medição até que sejam sanadas todas as pendências eventualmente identificadas no recebimento provisório.

16.5.6. Quando aplicável, o recebimento provisório também ficará condicionado à conclusão dos testes de funcionamento, ensaios técnicos e à entrega dos manuais e documentos exigidos.

16.5.7. A aprovação da medição apresentada pela Contratada não implica aceitação definitiva dos serviços executados, nem a exonera de suas responsabilidades contratuais.

16.6. **Relatório de fiscalização**

16.6.1. No prazo de até 15 (quinze) dias corridos a partir do recebimento da documentação apresentada pela Contratada, os fiscais responsáveis deverão elaborar relatório circunstanciado relativo à execução do contrato, contemplando a análise técnica e administrativa dos serviços executados.

16.6.2. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório deverá registrar as ocorrências verificadas na execução contratual, incluindo a análise técnica, administrativa e documental pertinente.

16.6.3. Esse relatório será encaminhado ao gestor do contrato para fins de consolidação das informações e providências necessárias ao recebimento definitivo.

16.6.4. Caso a verificação não seja realizada dentro do prazo estabelecido, considerar-se-á ocorrido o recebimento provisório na data de expiração do prazo.

16.7. **Qualidade e garantia**

16.7.1. A Contratada deverá assegurar a qualidade dos serviços executados e responder por vícios ou falhas constatadas durante o prazo legal de garantia, nos termos da legislação aplicável.

16.8. **Recebimento definitivo**

16.8.1. O recebimento definitivo será realizado pelo gestor do contrato ou por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, no prazo de até 10 (dez) dias corridos contados do recebimento provisório.

16.8.2. Para fins de recebimento definitivo, serão analisados os relatórios técnicos elaborados pela fiscalização e a documentação apresentada pela Contratada.

16.8.3. Ao final da obra, antes do recebimento provisório, a Contratada deverá apresentar:

- i. Projeto “as built” atualizado;
- ii. Duas vias impressas em formato A4 e uma via digital, em língua portuguesa, do Manual da Edificação, contendo:
 - Manual de Manutenção e Conservação, reunindo especificações dos fabricantes, termos de garantia, recomendações técnicas e rede de assistência;
 - Instruções de Operação e Uso dos equipamentos instalados;
 - Catálogos e manuais técnicos dos fabricantes;
 - Lista completa de equipamentos instalados, com respectivas quantidades e modelos.

16.8.3.1. A ausência de qualquer desses documentos impedirá o recebimento provisório da obra.

16.8.4. Caso sejam constatadas irregularidades que impeçam a liquidação da despesa, a Contratada será formalmente notificada para realizar as correções necessárias.

16.8.5. É vedado o recebimento de obras com pendências a serem solucionadas pela construtora, uma vez que tal instituto não legitima a entrega provisória de uma obra inconclusa, mas visa resguardar a HU Brasil no caso de aparecimento de vícios ocultos, surgidos após o recebimento.

16.8.6. Estando os serviços em conformidade com as exigências contratuais, será emitido Termo de Recebimento Definitivo, que formalizará o ateste da execução dos serviços.

16.8.7. Após a emissão do termo, a Contratada será autorizada a emitir a respectiva Nota Fiscal ou Fatura, com base nos valores aprovados pela fiscalização.

16.8.8. Caso o recebimento definitivo não seja realizado dentro do prazo estabelecido, considerar-se-á efetivado automaticamente no dia do esgotamento do prazo.

16.9. Responsabilidade da contratada

16.9.1. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos decorrentes da execução inadequada dos serviços, tampouco afasta as garantias legais e contratuais da obra.

16.9.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando executados em desacordo com as especificações técnicas, projetos ou proposta apresentada, devendo ser corrigidos, refeitos ou substituídos no prazo fixado pela fiscalização, às expensas da Contratada, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

17. PAGAMENTO

17.1. O pagamento será realizado de acordo com as medições dos serviços efetivamente executados e aprovados pela Fiscalização, observados os quantitativos aferidos em campo e os valores unitários constantes na proposta da Contratada.

17.2. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura devidamente atestada pela fiscalização, mediante ordem bancária para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada, observadas as normas administrativas vigentes.

17.3. A emissão da Nota Fiscal deverá ser precedida da aprovação da medição dos serviços executados e do respectivo recebimento definitivo da etapa correspondente, nos termos deste Termo de Referência.

17.4. O setor competente para a liquidação da despesa verificará se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada contém os elementos necessários e essenciais para sua validação, tais como:

- 17.4.1. prazo de validade do documento fiscal;
- 17.4.2. data de emissão;
- 17.4.3. identificação do contrato, do objeto e do órgão contratante;
- 17.4.4. número do empenho;
- 17.4.5. período de execução correspondente à medição;
- 17.4.6. valor total a ser pago;
- 17.4.7. dados bancários para pagamento; e
- 17.4.8. indicação das retenções tributárias aplicáveis, quando cabíveis.

17.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará suspenso até que a Contratada providencie as medidas saneadoras necessárias. Nessa hipótese, o prazo para pagamento será contado a partir da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

17.6. Será considerada como data do pagamento aquela em que constar a emissão da ordem bancária correspondente.

17.7. Antes da realização de cada pagamento, a Administração realizará consulta aos sistemas de registro cadastral e de controle pertinentes, incluindo o SICAF, para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no processo licitatório.

17.8. Constatada eventual irregularidade na situação cadastral da Contratada, esta será formalmente notificada para que regularize sua situação no prazo de 5 (cinco) dias úteis, podendo esse prazo ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Contratante.

17.9. Não havendo regularização ou sendo considerada improcedente eventual justificativa apresentada, a Contratante poderá comunicar o fato aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal, bem como adotar as providências administrativas cabíveis, inclusive quanto à eventual rescisão contratual, assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

17.10. Caso haja efetiva execução dos serviços, os pagamentos poderão ser realizados normalmente até decisão administrativa definitiva acerca da continuidade ou rescisão do contrato.

17.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, inclusive aquela referente à contribuição previdenciária incidente sobre serviços de engenharia, quando cabível.

17.12. No caso de atraso no pagamento por parte da Contratante, os valores devidos à Contratada serão atualizados monetariamente desde o término do prazo para pagamento até a data da efetiva quitação, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

18. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

18.1. Os critérios referentes as obrigações das partes estão definidos no instrumento contratual.

19. **SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

19.1. Os critérios referentes às Sanções Administrativas estão definidos no instrumento contratual.

20. **ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

20.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições da contratação; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade da contratação.

21. **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

21.1. As despesas para atender a esta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2026, na classificação abaixo:

- a) Gestão/Unidade: 26443/155908
- b) Fonte de Recursos: Conforme descentralização orçamentária de 2026
- c) Programa de Trabalho: Conforme descentralização orçamentária de 2026
- d) Elemento de Despesa: 33903905
- e) Plano Interno: Conforme descentralização orçamentária de 2026

21.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

22. **ANEXOS**

22.1. Os seguintes anexos integram este Termo de Referência:

- 22.1.1. Anexo I – Projeto Básico (SEI 58919260)
- 22.1.2. Anexo II – Termo de Vistoria (SEI 58869999)
- 22.1.3. Anexo III – Declaração de Responsabilidade - Dispensa de Vistoria (SEI 58870008)
- 22.1.4. Anexo IV – Modelo Ordem de Serviço (SEI 58870012)
- 22.1.5. Anexo V – IMR - Instrumento de Medição de Resultados (SEI 58870017)
- 22.1.6. Anexo VI – Matriz de Riscos (SEI 59769255)
- 22.1.7. Anexo VII – Checklist de Prevenção de Infecção Hospitalar (SEI 58870028)
- 22.1.8. Anexo VIII – Modelo de Termo de Recebimento Provisório (SEI 58870034)
- 22.1.9. Anexo IX – Modelo de Termo de Recebimento Definitivo (SEI 58870043)
- 22.1.10. Anexo X – Nota Técnica 05/2022 (SEI 58870061)
- 22.1.11. Anexo XI – Manual de Controle de Infecção Hospitalar (SEI 58870067)
- 22.1.12. Anexo XII – POP - Saúde e Segurança no Trabalho para Empresas Prestadoras de Serviço de Mão de Obra (SEI 58922826)
- 22.1.13. Anexo XIII – Orçamento-Base - Versão Editável (SEI 60249732)
- 22.1.14. Anexo XIV - Anotação de Responsabilidade Técnica (SEI 59762096)

23. **ENCAMINHAMENTOS FINAIS**

23.1. Segue para aprovação da Gerência Administrativa.

- 23.1.1. **Designação da Equipe:** Portaria-SEI nº 108, publicada no Boletim nº 563 de 27 de fevereiro de 2026.

Equipe de Planejamento da Contratação

(Assinado eletronicamente)

Vitor Wawrick
Coordenador da EPC
Arquiteto | Chefe do Setor de Infraestrutura Física
HU-Furg/Ebserh/HU Brasil

(Assinado eletronicamente)

Alice Alonzo Steinmetz
Membro da EPC
Engenheira Civil
Setor de Infraestrutura Física
HU-Furg/Ebserh/HU Brasil

(Assinado eletronicamente)

Raquel Ramos Silveira da Mota
Membro da EPC
Arquiteta
Setor de Infraestrutura Física
HU-Furg/Ebserh/HU Brasil

(Assinado eletronicamente)

Rodrigo Rodrigues da Silva
Membro da EPC
Engenheiro de Produção
Setor de Infraestrutura Física
HU-Furg/Ebserh/HU Brasil

(Assinado eletronicamente)

Ewerton da Silva Quartieri
Membro da EPC
Assistente Administrativo | Chefe da Unidade de Compras e Licitações
HU-Furg/Ebserh/HU Brasil

De acordo.

- 23.2. A Contratação em tela se mostra adequada e atende aos objetivos da Instituição.
- 23.3. Sendo assim, aprovo o Termo de Referência conforme seus próprios fundamentos.

(Assinado eletronicamente)

Tomás Dalcin
Gerente Administrativo
HU-Furg/Ebserh/HU Brasil



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Wawrick, Chefe de Setor**, em 28/04/2026, às 16:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ewerton Da Silva Quartieri, Chefe de Unidade**, em 29/04/2026, às 08:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **RAQUEL RAMOS SILVEIRA DA MOTA, Arquiteto(a)**, em 29/04/2026, às 08:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO RODRIGUES DA SILVA, Engenheiro(a) de Produção**, em 29/04/2026, às 09:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tomas Dalcin, Gerente**, em 29/04/2026, às 14:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ALICE ALONZO STEINMETZ, Engenheiro(a) Civil**, em 04/05/2026, às 08:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](#), informando o código verificador **59615742** e o código CRC **E62BCB99**.

Referência: Processo nº 23764.003275/2026-14 SEI nº 59615742